



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Rua Esteves Júnior, 160, 8º andar – CEP. 88015-130 – Centro – Florianópolis/SC

**DATA:** 28 de junho de 2012

**HORÁRIO:** 13 h

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Dalmo Claro de Oliveira; Acélio Casagrande; Winston Luiz Zomkowski; Jocélio Voltolini; Paulo Orsini; Lisiane Tuon Bitencourt; Walter Gomes Filho; Maria Teresa Agostini.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Eloi Trevisan (Campo Erê); Celso Luiz Dellagiustina (Bombinhas); Maria Regina de Souza Soar (Pomerode); Juliana Rigo (Blumenau); Denizéte Monteiro Mota (São José do Cerrito); Antonia Maria Grigol (Jonville); Maria de Lurdes Spricigo Freccia (Treviso); Marlei Paulo (Santa Rosa do Sul); Sonia Bodanese (Vargeão); Clécio Antonio Espezim.

**Desenvolvimento dos trabalhos**

A 169ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13:00 h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/SES Dalmo Claro de Oliveira.

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata da CIB 168ª foi aprovada.

**1 DELIBERAÇÕES**

2

**3 a) ALTERAÇÕES DE FLUXOS DA PPI E TRANSFERÊNCIAS DE GESTÃO**

4 A CIB **APROVOU** as alterações de fluxos da PPI solicitadas pelos Gestores Municipais,  
5 conforme planilha disponibilizada à mesa e, as transferências de Gestão de Caibí, Palmitos e  
6 Forquilha.

7

**8 b) HABILITAÇÃO DA CLÍNICA VISTA MEDICINA DOS OLHOS DE FLORIANÓPOLIS**

9 A CIB **APROVOU** a habilitação da Clínica Vista Medicina dos Olhos de Florianópolis, para  
10 retirada e transplante de Tecidos Oculares Humanos – Córnea/Esclera, com equipe especializada,  
11 com pareceres favoráveis da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e  
12 Tecidos de Santa Catarina, Gestor Municipal, Conselho Municipal de Saúde e Comissão  
13 Intergestores Regional, de abrangência do serviço, considerando os critérios técnicos da  
14 Deliberação CIB/267/2011, que aprova e normatiza o fluxo para habilitação de novos  
15 serviços para realização de transplantes de órgãos e/ou tecidos no Estado de Santa Catarina.

16

**17 c) SIS FRONTEIRA DE PRINCESA**



18 A CIB **APROVOU** a proposta de alteração do Plano SIS-Fronteira, referente aos recursos da  
19 fase II, do Município de Princesa.

20

21 **d) HABILITAÇÃO DE 04 LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II**

22 A CIB **APROVOU** o credenciamento/cadastramento de 04 leitos de UTI Adulto Tipo II para  
23 o Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Município de Mafra. Esta Habilitação segue  
24 as exigências da Portaria GM/MS 3.432 de 12 de agosto de 1998, ficando condicionado o  
25 incremento do recurso financeiro no Teto Livre do Estado por conta do Ministério da Saúde,  
26 impreterivelmente.

27

28 **e) IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO**

29 A CIB **APROVOU** a implantação do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO tipo  
30 II, no Município de Joinville, com parecer favorável da Coordenação de Saúde Bucal do  
31 Estado de Santa Catarina.

32

33 **f) COMPENSAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES REGIONAIS**

34 A CIB **APROVOU** os critérios para distribuição dos recursos das especificidades regionais e  
35 a relação dos Municípios contemplados. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, cita  
36 que foram incluídos na relação de Municípios, os que possuem população indígena e  
37 população carcerária. Solicita que, quando as Políticas da população indígena e carcerária  
38 forem implantadas, esses Municípios sejam excluídos desse recurso e redistribuídos para os  
39 outros Municípios.

40

41 **g) NASF: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 44/2012**

42 A CIB **APROVOU** a retificação da Deliberação 44/2012, excluindo o item 2. Revoga então  
43 a Deliberação 44/2012.

44

45 **h) SALAS DE ESTABILIZAÇÃO**

46 A CIB **APROVOU** as Salas de Estabilização de **Bela Vista do Toldo, Itaiópolis,**  
47 **Irineópolis e Três Barras**, de acordo com as Deliberações 366/CIB/2011 e 171/CIB/12  
48 (Rede da Macrorregião do Planalto Norte).

49

50 **i) REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ATENÇÃO EM ALTA COMPLEXIDADE EM**  
51 **NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA**

52 A CIB **APROVOU** a proposta de reestruturação da Rede Estadual de Atenção em Alta  
53 Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia, com a discriminação dos fluxos. Celso  
54 Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, questiona a Carla Marisa  
55 Tirello Pulga, Gerente dos Complexos Reguladores, quanto à exigência populacional para  
56 implantar alta complexidade – Endovascular. A Gerente dos Complexos Reguladores  
57 esclarece que utilizaram as diretrizes do Ministério da Saúde de 2007 para a reestruturação  
58 do Plano. Em 2010, há uma Deliberação da CIB/SC que estabelecia o teto em R\$ 600.000,00.  
59 Os pagamentos que eram realizados de forma administrativa não serão mais feitos, incluindo  
60 esses pagamentos na série histórica o que facilitará a captação de recursos junto ao Ministério  
61 da Saúde. Os pagamentos administrativos não são considerados pelo Ministério da Saúde  
62 para o quantitativo do teto. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, refere que é  
63 necessário habilitar mais serviços.

64



65 **j) PROJETO DAS POLICLÍNICAS/DESCENTRALIZAÇÃO DE ESPECIALIDADES**

66 O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, apresenta a proposta de  
67 descentralização das especialidades médicas com a ativação das Policlínicas Regionais,  
68 colocando como gestores/promotores das instalações e funcionamento, os Consórcios  
69 Intermunicipais de Saúde, com incentivo financeiro do Estado de SC e Coordenação de  
70 acordo com a Portaria que será publicada pela SES. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi  
71 Trevisan, cita que há consenso por parte dos Municípios para a transferência do incentivo  
72 financeiro, mas apresenta uma contraproposta financeira que mudaria o valor global e  
73 contemplaria um valor per capita diferenciado aos Municípios de pequeno porte, variando de  
74 R\$ 0,30 para os de maior porte a 0,70 para os de menor porte. A justificativa desses valores  
75 seria em função das dificuldades nos deslocamentos dos pequenos Municípios e nas  
76 dificuldades de contratarem especialistas. Considerando que poucos Consórcios estarão  
77 habilitados a receber esses recursos de imediato e considerando também o ano eleitoral, não  
78 dando tempo para os Consórcios se adequarem, esse recurso não seria executado neste ano,  
79 na sua totalidade. O valor global de 2012 ficaria então em torno de 50% a 60%. Sugere  
80 também algumas mudanças na redação, colocando que os Consórcios deveriam  
81 preferencialmente e majoritariamente possuir serviços de saúde próprios. O Coordenador da  
82 CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, ressalta que, de início seriam os R\$ 0,30 propostos.  
83 Posteriormente e progressivamente poderia ser agregado um valor adicional aos Municípios  
84 de menor porte, mas não neste momento. E reforça que na maioria, os serviços devem ser  
85 oferecidos na Sede do Consórcio, com estrutura física e com indicação SUS. O Coordenador  
86 da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, sugere que se avalie a implantação num prazo de 90 dias o  
87 valor real aplicado e havendo a possibilidade de caixa dentro do proposto, que se altere o  
88 percentual repassado. Ficou consensuada e **APROVADA** a proposta das  
89 Policlínicas/descentralização das especialidades com a agregação da sugestão do  
90 Coordenador da CIB/COSEMS. A Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, Maria  
91 Regina de Souza Soar, sugeriu que SC tenha uma Política de Estado para Consórcio com  
92 relação ao incentivo, com Lei Estadual, construindo a regulação do acesso.

93

94 **l) PROJETO DE INCENTIVO HOSPITALAR**

95 O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, apresenta o Projeto de Ampliação de  
96 Incentivo Hospitalar ao Grupo de Hospitais que prestam um volume de serviço maior e num  
97 grau de maior complexidade e de referência. Mas, cita que ficou entendido na reunião prévia  
98 do COSEMS que se deva aprimorar a discussão e, paralela a essa discussão, pensar sobre os  
99 Hospitais de Pequeno Porte. A sugestão é constituir um grupo, com três representantes de  
100 cada esfera de governo, para melhorar a proposta acerca desse incentivo. Pelo COSEMS,  
101 participarão da Comissão: Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de  
102 Pomerode; Juliana Rigo, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau e Celso Dellagiustina,  
103 Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas. Eloi Trevisan, Coordenador da  
104 CIB/COSEMS, cita que se alocam vários incentivos ao mesmo prestador e o serviço não  
105 acontece. A idéia é avaliar esses hospitais, verificando os que estão aptos a receber esse  
106 incentivo nessa contratualização e, afirma que é favorável a aprovação na próxima CIB, após  
107 essa avaliação. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, com relação aos  
108 hospitais de pequeno porte, menciona que conhece hospitais de pequeno porte bastante  
109 resolutivos. Cita que não entendeu se a mesma comissão que estudará o incentivo hospitalar,  
110 estudará também a questão dos hospitais de pequeno porte, mas sugere que a comissão que  
111 fará visitas de avaliação aos hospitais de pequeno porte, seja acompanhada por pessoas da



112 Região da abrangência do hospital. Reforça que há hospitais de pequeno porte que tem  
113 condições de realizar procedimentos que não necessitariam ir para hospitais de grande porte.  
114 O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, sugere que nessas visitas, sempre haja  
115 um representante da CIR da Região e um da Gerência Regional de Saúde. Acélio  
116 Casagrande, Secretário Adjunto de Estado de Saúde, lembra que na contratualização, sejam  
117 relacionados todos os serviços oferecidos e incluída a regulação que fará o acompanhamento  
118 de todo esse processo. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de  
119 Pomerode, lembra que havia uma Comissão de Estudos Hospitalares com estudo de hospitais  
120 de pequeno porte. Ficou consensuado para aprovação na CIB de julho de 2012, o Projeto de  
121 Incentivo Hospitalar.

122

123 m) **RATIFICAÇÃO DE ORDENS DE SERVIÇO: RECURSO FEDERAL PORTARIA MS 2.226/2009 E**  
124 **2.206/2011**

125 **RATIFICOU** as Ordens de Serviços dos Municípios de Jaguaruna, Ponte Serrada, Joaçaba,  
126 Rio Fortuna, Treviso, Blumenau, Xaxim, Vargem Bonita, Três Barras e Camboriú.

127

128 n) **FINANCIAMENTO FEDERAL – RECURSO PORTARIA MS 2.198/2009**

129 A CIB APROVOU a solicitação de recursos para aquisição de equipamentos e material  
130 permanente para o Fundo Estadual de Saúde; municípios de Timbé do Sul e Joaçaba.

131

## 132 **HOMOLOGAÇÃO**

133

134 a) **DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM: A CIB homologou as Deliberações ad referendum:**

135 185/2012 – Aprova Emenda Parlamentar para aquisição de 03 veículos, Município de Bombinhas;

136 186/2012 – Aprova recursos de Emenda Parlamentar para construção de 03 academias, Município de

137 Bombinhas; 187/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de

138 Urussanga; 188/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de

139 Urussanga; 189/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Corupá;

140 190/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Gaspar; 191/2012 –

141 Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Bom Jesus; 192/2012 – Aprova

142 recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Santa Rosa de Lima; 193/2012 –

143 Aprova recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Santa Rosa de Lima; 194/2012

144 – Aprova recursos provenientes de Pré-Projetos, Município de Jaguaruna; 195/2012 – Aprova

145 recursos provenientes de Emenda Parlamentar, Município de Imarú; 196/2012 – Aprova recursos

146 provenientes de Pré-Projetos, Município de Saudades; 197/2012 – Aprova recursos provenientes de

147 Emenda Parlamentar, Município de Xanxerê; 198/2012 – Aprova recursos provenientes de emenda

148 Parlamentar para o Município de Treze Tílias; 199/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda

149 Parlamentar, Município de São Bento do Sul; 200/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda

150 Parlamentar, Município de São Bento do Sul; 201/2012 – Aprova recursos provenientes de Emenda

151 Parlamentar, Município de Mirim Doce; 202/2012 – Aprova recursos de Emenda Parlamentar,

152 Município de Nova Veneza; 203/2012 – Aprova recursos de Emenda Parlamentar, Município de

153 Mafra; 204/2012 – Aprova recurso de Proposta de Projeto para aquisição de equipamentos e material

154 permanente para o Fundo Estadual de Saúde; 205/2012 – Aprova recurso de Proposta de Projeto para

155 aquisição de equipamentos e material permanente, para o Fundo Estadual de Saúde; 206/2012 –

156 Ratifica Ordem de Serviço para construção de Unidade de Saúde, recurso MS 2.226/2009, Município

157 de Ilhota; 207/2012 – Aprova solicitação de recurso federal, para aquisição de equipamentos e

158 material permanente, de Emenda Parlamentar, Município de Ituporanga; 208/2012 – Aprova

159 solicitação de recurso federal, para aquisição de equipamentos e material permanente, de Emenda

160 Parlamentar, Município de Alto Bela Vista; 209/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço 01/2012, para



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

161 reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria MS 2.206/2011, Município de Faxinal dos  
162 Guedes; 210/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço 02/2012, para reforma de Unidade Básica de Saúde,  
163 recurso Portaria MS 2.206/2011, Município de Faxinal dos Guedes; 211/2012 – Ratifica a Ordem de  
164 Serviço para construção de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria MS 2.226/2009, Município de  
165 Lages; 212/2012 – Ratifica o endereço da Unidade de Saúde, recurso MS 2.226/2009, Município de  
166 Biguaçu; 213/2012 – Aprova solicitação de recurso federal para aquisição de equipamentos e  
167 material permanente – Emenda Parlamentar, Município de Anchieta; 214/2012 – Aprova a UPA  
168 2012, recurso PAC2, para Fraiburgo, de acordo com a Portaria MS 1.173 de 05 de junho de 2012;  
169 215/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda Parlamentar, Portaria MS 2.198/2009, Município  
170 de Garopaba; 216/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço, para construção de Unidade de Saúde,  
171 Município de Monte Carlo; 217/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda Parlamentar, Portaria  
172 MS 2.198/2009, Município de Campos Novos; 218/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda  
173 Parlamentar, Portaria MS 2.198/2009, Município de Itapoá; 219/2012 – Aprova solicitação de  
174 recurso, Emenda Parlamentar, construção de Unidade Básica, Portaria MS 2.226/2009, Município de  
175 Itapoá; 220/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço de São Cristóvão do Sul para construção de Unidade  
176 de Saúde; 221/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço, referente reforma de Unidade Básica de Saúde,  
177 Portaria MS 2.206/2011, Município de Laguna; 222/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda  
178 Parlamentar, para aquisição de equipamentos e material permanente, Portaria MS 2.198/2009,  
179 Município de Meleiro; 223/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda Parlamentar, para  
180 aquisição de equipamentos e material permanente, Portaria MS 2.198/2009, Município de Concórdia;  
181 224/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria  
182 MS 2.206/2011, Município de Jardinópolis; 225/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para  
183 reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria MS 2.206/2011, Município de Itapoá;  
184 226/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso  
185 Portaria MS 2.206/2011, Município de Itapoá; 227/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para  
186 construção de Academia de Saúde, recurso Portaria MS 1401 de 15 de junho de 2011,  
187 Município de Água Doce; 228/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para reforma de Unidade  
188 Básica de Saúde, recurso Portaria MS 2.206/2011, Município de Água Doce; 229/2012 –  
189 Ratifica o atestado de conclusão de obra de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria MS  
190 2.226/2011, Município de Florianópolis; 230/2012 – Aprova solicitação de recurso, Emenda  
191 Parlamentar, para aquisição de equipamentos e material permanente, Portaria MS  
192 2.198/2009, Município de Passo de Torres; 231/2012 – Aprova recurso para aquisição de  
193 equipamento para o Município de Blumenau; 232/2012 – Aprova Projeto do Fundo Estadual,  
194 cadastrado no Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Infantil Joana de Gusmão; 233/2012  
195 – Aprova Projeto do Fundo Estadual, cadastrado no Fundo Nacional de Saúde para o  
196 Hospital Regional Homero de Miranda Gomes; 234/2012 – Aprova Projeto do Fundo  
197 Estadual, cadastrado no Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Waldomiro Colautti;  
198 235/2012 – Aprova solicitação de recurso para ampliação de 04 Unidades Básicas de Saúde,  
199 recurso Portaria MS 2.394 de 11 de outubro de 2011. Proposta de Emenda Parlamentar.  
200 Município de Criciúma; 236/2012 – Ratifica a justificativa da mudança de endereço de  
201 Unidade Básica de Saúde, Município de Criciúma; 237/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço  
202 referente à reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria MS 2.206/2011, Município  
203 de Princesa; 238/2012 – Aprova solicitação de recurso para reforma de Unidade Básica de  
204 Saúde, recurso Portaria MS 2.206/2011, Município São Cristóvão do Sul; 239/2012 –  
205 Aprova solicitação de recurso para reforma de Unidade Básica de Saúde, recurso Portaria  
206 MS 2.206/2011, Município de Xanxerê; 240/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para  
207 reforma da Unidade Nossa Senhora das graças, recurso Portaria MS 2206/2011, Município  
208 de Navegantes; 241/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para reforma da Unidade Básica de  
209 Saúde de Machados, recurso Portaria MS 2206/2011, Município de Navegantes; 242/2012 –





210 Ratifica a Ordem de Serviço para reforma da Unidade Básica de Saúde de Gravatá recurso  
211 Portaria MS 2206/2011, Município de Navegantes; 243/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço  
212 para reforma da Unidade Básica de Saúde de São Domingos, recurso Portaria MS  
213 2226/2009, Município de Navegantes; 244/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço de 15 de  
214 junho de 2012, referente à **reforma** do Centro de Saúde do Saco dos Limões, Bairro Saco  
215 dos Limões, Município de Florianópolis, recurso Portaria MS 2.206/2011; 245/2012 –  
216 Ratifica a Ordem de Serviço de 15 de junho de 2012, referente à construção do Centro de  
217 Saúde de Vargem Pequena, Município de Florianópolis, recurso Portaria MS 2.226/2009;  
218 246/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço de 15 de junho de 2012, referente à construção do  
219 Centro de Saúde do Rio Vermelho, Município de Florianópolis, recurso Portaria MS  
220 2.226/2009; 247/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço de 15 de junho de 2012, referente à  
221 construção do Centro de Saúde da Fazenda Rio Tavares, Município de Florianópolis, recurso  
222 Portaria MS 2.226/2009; 248/CIB/2012 – Ratifica a Ordem de Serviço para construção da  
223 Unidade Básica de Saúde de São Domingos, recurso Portaria MS 2226/2009, Município de  
224 São Bonifácio; 249/2012 – Aprova Projeto Participasus de Canoinhas, recurso federal,  
225 Portaria MS 2.979 de 15 de dezembro de 2011; 250/2012 – Aprova solicitação de recurso  
226 proveniente de Emenda Parlamentar, Município de Garuva.

227

## 228 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

229

### 230 a) **CIRURGIAS ELETIVAS**

231 Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, com relação às cirurgias eletivas,  
232 menciona que o Ministério da Saúde informou a possibilidade da aplicação da nova Portaria  
233 com os recursos para a nova fase de cirurgias eletivas 2012. Como SC cumpriu 66% até  
234 março da quantidade realizada e 75% processada e, com a extrapolação da quantidade do  
235 componente 1 – cirurgia de catarata, SC teria direito a 100% do valor devido para 2012. Em  
236 uma projeção prévia, a proposta do Ministério da Saúde, em caráter excepcional, na vigência  
237 dessa Portaria, os Estados e Municípios poderiam adotar valores diferenciados para os  
238 serviços profissionais ou hospitalares, de acordo com as especificidades regionais e locais  
239 para os componentes II e III, com recurso federal. A proposição seria o incentivo para  
240 cirurgias por porte, utilizando do valor (18 milhões), sendo porte 1, de pequeno porte, com  
241 complementação de R\$ 300,00; porte 2, médio porte com complementação de R\$ 400,00 e  
242 porte 3 ou grande porte, complementação de R\$ 500,00. Informa que foi identificado que  
243 muitos hospitais somente realizam procedimentos de pequeno porte e não realizam  
244 procedimentos de médio ou grande porte. A projeção do número de APACs e AIHs para o  
245 mutirão desse ano seria de 9.172 APACs e 5.300 AIHs para o componente II e 5.300 AIHs  
246 para o componente III. A idéia é iniciar com a numeração específica das AIHs do Ministério  
247 da Saúde e depois retornar com a numeração da campanha estadual. Primeiro, utilizar os  
248 recursos federais. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, cita que é  
249 importante esclarecer aos Prestadores de Serviços, que as AIHs do mutirão são AIHs  
250 específicas. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, coloca que  
251 estava presente na apresentação dessa Portaria e que o Secretário da Atenção à Saúde do  
252 Ministério da Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, tinha como posição que se  
253 deixassem livre a negociação entre Municípios e Prestadores o valor do incentivo, isso  
254 geraria uma disputa de valores, principalmente com os profissionais médicos. Que esse  
255 assunto deveria ser disciplinado pelas CIBs conforme decisão do CONASS, mas a decisão  
256 final na Portaria, ficou livre para a negociação entre Municípios e Prestadores. Referente à



257 proposta apresentada pelo Gerente de Controle e Avaliação, cita que acha injusto que não se  
258 beneficie os hospitais. É necessário buscar a adesão dos hospitais. O Coordenador da  
259 CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, lembra que não ficou aprovado o pagamento do  
260 incentivo com o recurso federal como foi citado pelo Gerente de Controle e Avaliação. Terá  
261 que ser utilizado recurso estadual para o pagamento dos incentivos. Jocélio Voltolini,  
262 Gerente de Controle e Avaliação, cita que a Portaria traz a permissão em caráter de  
263 excepcionalidade. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, afirma que se deva  
264 pactuar aqui na CIB os valores e procurar que os Municípios respeitem. Ficou acordado  
265 aguardar a publicação da Portaria para pactuar os valores dos incentivos na CIB. Jocélio  
266 Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, informa também que foi encaminhado às CIRs,  
267 por solicitação da Câmara Técnica de Gestão, uma relação de procedimentos para que  
268 avaliem se há demandas que necessitam ser incluídas no componente III do mutirão. O  
269 Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, coloca que a SES vai tentar reforçar e  
270 avançar porque é uma demanda da população e talvez, realizar algo específico para a  
271 ortopedia. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de Estado da Saúde, sugere à Comissão de  
272 Contratualização e da Comissão de Visita aos Hospitais, amarrar esse incremento do  
273 incentivo hospitalar, os incentivos, as cirurgias eletivas ao compromisso dos hospitais que  
274 farão a contratualização. Denizete Mota, Secretária Municipal de Saúde de São José do  
275 Cerrito, questiona o que está sendo feito com os hospitais que não cumprem as metas das  
276 cirurgias eletivas. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, cita que com essa  
277 nova contratualização, os compromissos serão amarrados de maneira que sejam cumpridos.  
278 A Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, Maria Regina de Souza Soar, refere que os  
279 Coordenadores das CIRs receberam um documento da Gerência de Controle e Avaliação,  
280 solicitando que se avalie as demandas de cirurgias e as que não estão sendo realizadas para  
281 que se possam remanejar as AIHs para outros hospitais ou outras regiões, até para ajudar a  
282 gestão da SES. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, agradece  
283 publicamente ao Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, Celso Dellagiustina, por ter  
284 realizado uma cirurgia em uma criança que estava há um ano e meio na fila de espera, do seu  
285 Município, sem conseguir realizar a cirurgia, algo que já a angustiava. Agradece como  
286 médico, como ortopedista e como defensor do SUS.

287

288 **b) HOSPITAL RUTH CARDOSO E HOSPITAL SANTA INÊS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.**

289 **O Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, Celso Dellagiustina, cita que há dois meses**  
290 **atrás trouxe à CIB, o problema da falta de acesso no Hospital Ruth Cardoso do Município de**  
291 **Balneário Camboriú. Foi realizada uma proposta na CIB que foi rejeitada e ficou**  
292 **consensuado naquela CIB a constituição de uma Comissão com a participação do**  
293 **Superintendente de Planejamento e Gestão, Luis Antonio Silva; o Diretor de Planejamento,**  
294 **Controle e Avaliação, Hélio Livino da Silva, para irem a uma reunião na Comissão**  
295 **Intergestores Regional – CIR da Foz do Rio Itajaí, sendo que o Gestor Municipal de**  
296 **Balneário Camboriú não compareceu à reunião. Nessa reunião ficou acordado que a SES iria**  
297 **conversar com o Prefeito Municipal e com o Gestor Municipal de Saúde a respeito dos**  
298 **problemas do Hospital Ruth Cardoso e se decidiu pela retirada de uma Comissão**  
299 **extremamente técnica, de profissionais escolhidos pela Secretaria de Estado da Saúde,**  
300 **indicados através de Portaria, para avaliar as reais condições do Hospital Ruth Cardoso. No**  
301 **relatório “Resposta Preliminar ao Relatório Técnico da Comissão de Especialistas ao Ruth**  
302 **Cardoso”, constam questões fáceis de resolver e outras, extremamente difíceis de solução. A**  
303 **Comissão concluiu que o Hospital não apresenta condições de realizar tudo que pactuou.**



304 **Apresenta duas propostas:** que o Município de Balneário Camboriú diga quais  
305 procedimentos não podem realizar e devolvam os recursos correspondentes ao Fundo  
306 Estadual de Saúde e o Fundo Estadual junto com o Gestor Municipal procure um Hospital  
307 para repactuar os seus pacientes ou o Estado assume a gestão de um Hospital do Município  
308 que está fechado. Há uma capacidade instalada desativada em um momento de tanta  
309 gravidade. À medida que o Hospital Ruth Cardoso for se adequando, pode adquirindo  
310 novamente as AIHs. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, apresenta dois  
311 encaminhamentos: o recurso seja devolvido para os Municípios ou se concede um prazo de  
312 30 dias para o Hospital Ruth Cardoso para implementar as sugestões da Comissão. Eloi  
313 Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, cita que foi protocolado pelo Gestor do Hospital  
314 Ruth Cardoso na reunião prévia da CIB, um documento com as proposições que estão sendo  
315 encaminhadas para a solução dos problemas apontados. Sugere que a mesma Comissão faça  
316 uma segunda avaliação com a participação da Vigilância Sanitária do Estado para verificar as  
317 condições legais. Se estiver adequado, continua funcionando; se não estiver adequado, retira-  
318 se o recurso. Mas não dá para deixar o Município procurar hospital para internar os seus  
319 pacientes. Essa segunda avaliação deve ser realizada *in locu*. Que o resultado dessa segunda  
320 avaliação venha para a próxima CIB do dia 19 de julho. O Gestor Municipal de Balneário  
321 Camboriú, com o consentimento dos Coordenadores da CIB, coloca que o Hospital foi aberto  
322 em abril de 2011, com muitas dívidas com os profissionais e fornecedores. Que iniciaram  
323 uma força tarefa para colocar as coisas em dia. Foi trocada a equipe do Pronto Atendimento;  
324 o Hospital foi construído via convênio e não possui alvará sanitário, mas se está adequando.  
325 Já foram adquiridos vários materiais e equipamentos, mas ainda não foi possível colocá-lo  
326 em pleno funcionamento. A SES colocou a disposição do Hospital a Central de Regulação do  
327 Estado. Aberto licitação para neurocirurgia e já abrirão também licitação para hemodiálise. A  
328 idéia do Hospital é acertar e a disposição da CIR da Foz do Rio Itajaí é conceder um prazo de  
329 60 dias para o Hospital realizar as correções. Carla Marisa Tirello Pulga, Gerente dos  
330 Complexos Reguladores, Membro da Comissão de Avaliação do Hospital Ruth Cardoso,  
331 coloca que a parte da construção, parte física, de infraestrutura do Hospital é excelente. O  
332 que falta é RH, Banco de Sangue e materiais. Os problemas são pontuais. Fica pactuado que  
333 a Comissão faça essa segunda avaliação juntamente com a Vigilância Sanitária do Estado.

334

### 335 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

336 – Ofício 272/2012, da Secretaria Municipal de Saúde de Canoinhas para  
337 habilitação/credenciamento em traumatologia – alta complexidade em Canoinhas;  
338 – Deliberação 009/CIR Foz do Rio Itajaí, aprovando a resposta preliminar do Relatório da  
339 Comissão de Especialistas, do Hospital Municipal Ruth Cardoso, indicada por esta Comissão  
340 e nomeada pela Superintendência de Planejamento e Gestão, da SES/SC, determinando o  
341 acompanhamento dos processos em encaminhamento;  
342 – Moção 01/2012 do Coordenador da CIR da Foz do Rio Itajaí, em que diz: “os municípios  
343 da Comissão Intergestores Regional da Foz do Rio Itajaí, em sua reunião realizada no dia 20  
344 de junho de 2012, aprovam a presente moção de apoio ao Secretário Municipal de Balneário  
345 Camboriú, Sr. Rafael Schroeder. Pelos encaminhamentos realizados com o objetivo de  
346 aprimorar a gestão do Hospital Municipal Ruth Cardoso, e no atendimento da demanda  
347 solicitada por esta Comissão quanto ao Relatório Técnico da Comissão de Especialistas, para  
348 avaliação desta unidade hospitalar”;  
349 – Ofício 187 da CIR do Vale do Rio do Peixe, manifestando seu descontentamento diante da  
350 comunicação de suspensão da realização de exames laboratoriais pelo LACEN;





351 – Ofício 186 da CIR do Vale do Rio do Peixe, solicitando providências quanto às  
352 dificuldades de acesso à assistência de alta complexidade em traumatologia, no  
353 Hospital São Francisco de Concórdia. Solicitam providências, para que o serviço permaneça  
354 na Região.

355 Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, cita que é necessário  
356 rever a solicitação de Canoinhas para traumatologia, considerando que o Plano de  
357 Traumatologia está todo fundamentado na Portaria MS 95, Portaria que não está mais  
358 em vigor. Refere ainda que seria recomendável aproveitar a idéia e rever a possibilidade de  
359 credenciar/habilitar outros serviços com a revisão de todos os serviços de traumatologia-  
360 ortopedia. É favorável ao credenciamento para Canoinhas. Quanto aos procedimentos de  
361 média complexidade citados pela CIR do Vale do Rio do Peixe, onde se faz a alta  
362 complexidade, se faz a média complexidade também. Se a regulação realizasse uma  
363 avaliação na demanda reprimida hoje, constataria que não há cirurgia de coluna na fila.  
364 Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, reforça que há necessidade de habilitar  
365 outros serviços de alta complexidade.

366

## 367 **INFORMES**

368

### 369 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

370 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria  
371 encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de maio de 2012, para que os gestores  
372 constatem sobre as auditorias em andamento ou concluídas em seus municípios.

373

### 374 b) **AVALIAÇÃO EXTERNA DA PMAQ**

375 A Enfermeira Helen Bruggemann Bunn Shmitt, da Gerência de Coordenação da Atenção  
376 Básica trouxe informes do Programa Nacional da Melhoria do Acesso e Qualidade da  
377 Atenção Básica – PMAQ. Colocou que o referido programa encontra-se na Fase 3 –  
378 Avaliação Externa. Relembrou as atribuições de cada esfera de gestão e das instituições  
379 formadoras, especialmente no papel da Gerência na qual trabalha – GEABS, nas atribuições  
380 das Gerências Regionais de Saúde, dos apoiadores das Comissões Intergestores Regionais e  
381 nas atribuições dos municípios. Apresentou um panorama de SC, no qual 1.080 equipes  
382 solicitaram avaliação externa, informando como se dará este processo nos municípios.  
383 Apresentou as datas de realização das reuniões de apoio matricial por parte da GEABS e as  
384 rotas de avaliação externa em Santa Catarina. Em relação ao custeio da estadia dos  
385 Avaliadores Externos, lembrou aos gestores presentes, a importância da resolução de  
386 anuência do Conselho Municipal de Saúde em relação ao processo de avaliação, bem como,  
387 ao documento de adesão do município onde consta que o gestor tem a função de custear a  
388 estadia dos mesmos. Estes documentos são muito importantes para embasar a prestação de  
389 contas. O Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, Clécio Espezim, lembrou que em  
390 seu município foram recebidos os 30 avaliadores durante uma semana e que foi um processo  
391 muito interessante. Helen reforçou a todos, que os municípios de Florianópolis e Chapecó  
392 foram espaços de aprendizado dos Avaliadores Externos e que todos os avaliadores fizeram  
393 as visitas nas UBS por uma semana, sendo um “laboratório” para o processo de avaliação  
394 externa do PMAQ.

395

### 396 c) **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DO MEDICAMENTO TRAZTUJUMABI**



397 Maria Teresa Agostini, Diretora da Assistência Farmacêutica, informa que há uma ação civil  
398 pública em cumprimento desde 2011, que condenou a União e o Estado ao atendimento de  
399 todas as mulheres residentes em Santa Catarina, já acometidas ou que venham a ser  
400 acometidas por câncer de mama metastático, que apresentem ou venham a apresentar,  
401 tumor(es) maiores do que 1,0 cm, com super expressão do receptor HER2. Essas pacientes  
402 poderão ser atendidas nos Cacons e Unacons do Estado. O Estado de SC já oferece esses  
403 atendimentos, o Ministério da Saúde encaminhou o medicamento. O informe tem o objetivo  
404 de informar oficialmente os serviços que esses pacientes tem o direito de utilizar esse  
405 medicamento Transtuzumab, que existe um fluxo na nota técnica. A regulação é feita pelo  
406 Serviço de Regulação do Estado, com envio de exames comprobatórios da doença. Existe  
407 uma liminar que o Ministério da Saúde tentou derrubar e não conseguiu. O Ministério da  
408 Saúde já está pensando em padronizar o medicamento Transtuzumab porque há evidência  
409 científica e em SC conseguiu atendimento das pacientes pela liminar concedida na justiça  
410 federal. Talvez seja feita uma APAC específica para esse tipo de atendimento. Maria Teresa  
411 Agostini informa também que foi publicada uma Portaria que beneficia alguns Municípios,  
412 do 'Brasil sem Miséria', que seriam 59 Municípios Catarinenses, que viriam recurso  
413 financeiro para custeio de R\$ 24.000,00/ano para pagamento de profissionais  
414 farmacêuticos e para investimento/equipamentos e mobiliários em assistência farmacêutica.  
415 Refere que passará essa relação para as Regionais; existe uma data limite até 13 de julho de  
416 2012 para cadastramento, para que esses Municípios possam se inscrever nesse Programa  
417 que é o QualifarSUS. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, solicita que essas  
418 informações sejam repassadas para os Apoiadores das Comissões Intergestores Regionais –  
419 CIRs.

420

#### 421 d) **RECURSOS DAS COMISSÕES INTERGESTORES REGIONAIS – CIRs**

422 Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, cita que há uma proposta de utilização dos  
423 recursos da Portaria 2.979/2012 para as CIRs e que virá para a próxima reunião da CIB de  
424 julho de 2012. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, lembra  
425 que os recursos vieram para 06 eixos e nos Anexos estão especificadas as quantias para cada  
426 eixo.

427

#### 428 e) **APAE**

429 Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, reforça que se definam o que é serviço de  
430 saúde na APAE para ser deliberado na CIB de julho de 2012. Maria Regina de Souza Soar,  
431 Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, informa que como Membro da Câmara Técnica  
432 de Gestão, que haviam solicitado à SES que realizasse o levantamento da produção dos  
433 serviços das APAEs referentes aos profissionais exclusivos da saúde. Que se fizessem  
434 também uma reunião com a Assistência Social e com a Educação para chegar a um consenso  
435 sobre as responsabilidades dos três setores. Essa reunião não foi realizada e foi novamente  
436 sugerida pela Câmara Técnica de Gestão. Na Câmara Técnica de Gestão foi apresentado pela  
437 Gerência de Contratualização o número de APAES contratualizadas com os respectivos  
438 custos pela SES, as proponentes à contratualização com os respectivos custos que deverão ser  
439 adicionados pela SES e o levantamento do custo da proposta de pagamento de procedimento  
440 de 1 X 1, e que a SES não teria recurso para tudo isso. Esse é o motivo da sugestão da  
441 reunião intersetorial. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, refere que se deva  
442 definir o que cabe à saúde e o que a saúde possa pagar e o recurso faltante, que não é de  
443 competência da saúde, as APAEs devam buscar junto a esses outros setores. Não ficou



444 pactuada essa reunião intersetorial. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, cita que  
445 não concorda que se pague para APAEs de alguns Municípios e para outros não. Acredita  
446 que todas as APAEs tem que serem contratualizadas, para que todos os alunos recebam o  
447 mesmo tratamento, sendo favorável as novas contratualizações.

448

449 Com relação às vacinas da gripe, Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES,  
450 informa que estão chegando mais 100 mil doses de vacinas do Ministério da Saúde e  
451 esclarece que este ano não há chances de ter outros grupos incluídos na campanha. É  
452 necessário trabalhar na promoção, prevenção da doença e esclarece que há tratamento. Maria  
453 Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Pomerode, cita que enviou um  
454 documento à SES, cobrando sobre o pagamento das AIHs da síndrome respiratória,  
455 considerando que a Região do Médio Vale foi muito afetada. Refere que nos anos anteriores  
456 havia uma política definida de pagamento. As Unidades estão com horários estendidos, com  
457 pagamento de horas extras. Esclarece que a Região já está sem AIHs, em uma situação  
458 complicada. Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação informa que a SES está  
459 procedendo da mesma maneira que em 2009. Que os Municípios comunicam as internações  
460 referentes ao surto, via Regional, e a SES libera as AIHs. O Gerente de Controle e Avaliação  
461 informará as Regionais. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas,  
462 cita que há casos concentrados em algumas Regiões. Mas é preciso lembrar que há  
463 tratamento para a gripe A. Quanto as AIHs, os pleitos foram atendidos pelo Estado, nos casos  
464 de fornecimento de AIHs adicionais para os Municípios com menos de 50.000 habitantes,  
465 como também pagou as Equipes de Saúde da Família, para o funcionamento ampliado. Para  
466 os Municípios acima de 50.000 habitantes, foram montadas as Tendas. Juliana Rigo,  
467 Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, informa que em Blumenau está com o  
468 atendimento no período das 8h até às 20 h, desde o dia 06 de junho. Todos pacientes que  
469 saem com suspeitas, saem com indicação de Tamiflu. Estão sendo realizados todos os  
470 procedimentos, mas a situação está bastante estressante. Walter Gomes, Superintendente dos  
471 Hospitais Públicos, cita que há Municípios solicitando respiradores, mas ressalta que a SES  
472 não dispõe de respiradores para empréstimos aos Municípios. Que a SES recebeu  
473 respiradores em 2010 na pandemia, mas eles estão sendo utilizados pelos pacientes com  
474 gripes nos Hospitais do Estado. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de  
475 Bombinhas, lembra que os respiradores recebidos em 2010 foram pactuados para serem  
476 utilizados pelo Estado e ficariam a disposição para outros Municípios se fossem necessários.  
477 Não eram exclusivos do Estado. O Secretário de Bombinhas coloca como solução alugar  
478 respiradores ou solicitar outros para o Ministério da Saúde. Dalmo Claro de Oliveira,  
479 Coordenador da CIB/SES, concorda com o Secretário de Bombinhas, mas questiona qual  
480 UTI que está com leito vazio sem respirador para que seja enviado um respirador. Cita que  
481 lembra que foram abertos vários leitos de UTI com recurso do Estado, com vários  
482 respiradores, como o de Maravilha, São Miguel do Oeste, Chapecó. Embora, se possa  
483 analisar caso a caso os pedidos de respiradores.

484

485 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por  
486 mim e pelos Coordenadores.

487

488

**Florianópolis, 28 de junho de 2012.**